



CENTRO
30

2021-2027
PROGRAMA
REGIONAL
DO **CENTRO**



O Programa Regional do Centro (Centro 2030) dispõe de 2,2 mil milhões de euros de fundos europeus para financiar investimentos na região Centro no período de programação 2021-2027.

O Programa Centro 2030 responde a uma estratégia que resulta de um longo processo de reflexão de toda a região, iniciado com a aprovação da Visão Estratégica para a Região Centro 2030, em 2020, e com a revisão da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3) do Centro, em 2021. O Programa Centro 2030 constitui uma oportunidade para a região diminuir as disparidades económicas e sociais e responder ao problema demográfico e aos desafios da emergência climática e da descarbonização. É um programa muito focado nas políticas territoriais, reforçadas pelo processo de descentralização que está a decorrer.

Aprovado no quadro da Política de Coesão da União Europeia, o Programa Centro 2030 destina-se a promover a competitividade da economia, o crescimento económico, a criação de emprego, a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a valorização do território e das pessoas na região. O Programa é o principal instrumento que a região Centro dispõe para operacionalizar a estratégia de desenvolvimento e as estratégias sub-regionais das Comunidades Intermunicipais.

A boa aplicação dos fundos na região Centro é um desafio que a todos convoca, pelo que esperamos o forte envolvimento das entidades públicas, dos municípios, das empresas, das universidades e institutos politécnicos, do sector social e cooperativo, dos sindicatos, das entidades do sistema científico e tecnológico, das comunidades locais e da sociedade civil.

PROGRAMA
CENTRO
2030

2.172M€

5

OBJETIVOS
DE POLÍTICA

100

MUNICÍPIOS

ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA EUROPEIA, NACIONAL E REGIONAL

O Centro 2030, alinhado com as prioridades da União Europeia, estrutura-se em cinco objetivos estratégicos

Centro mais COMPETITIVO

investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente e no empreendedorismo;

Centro mais VERDE

investindo na sustentabilidade, na economia circular, na transição energética e na mobilidade urbana sustentável;

Centro mais CONECTADO

através de intervenções de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional;

Centro mais SOCIAL E INCLUSIVO

(Pilar Europeu dos Direitos Sociais), apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;

Centro territorialmente mais COESO E MAIS PRÓXIMO

dos cidadãos, através do apoio a estratégias de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento urbano sustentável.

Além do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo Social Europeu (FSE), o Centro 2030 inclui o Fundo para a Transição Justa (FTJ), destinado a mitigar, no Médio Tejo, os impactos socioeconómicos da transição para a neutralidade carbónica resultantes do encerramento da Central Termoelétrica do Pego, em Abrantes, através do apoio à diversificação da atividade económica do território e aos trabalhadores afetados.

Alinhamento com a Estratégia Portugal 2030

O Centro 2030 está totalmente alinhado com a Estratégia Portugal 2030 que constitui o elemento enquadrador e estruturante dos grandes programas de modernização que, com o financiamento de fundos da UE, serão executados nos próximos anos — os Programas Regionais e Temáticos no âmbito dos fundos da Política de Coesão do PT2030, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC).

Reflete igualmente as grandes linhas do Plano de Melhoria da Resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS), do Plano de Ação para a Transição Digital (Portugal Digital), do Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), do Plano Nacional de Investimentos 2030, do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), do Programa Internacionalizar 2030 e do Programa de Valorização do Interior.

A Estratégia Portugal 2030 foi estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal, no horizonte de 2030:

- i) as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade
- ii) digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento
- iii) transição climática e sustentabilidade dos recursos
- iv) um país competitivo externamente e coeso internamente.

A estratégia regional e a RIS3

À semelhança do país, tendo em conta os desafios nacionais e europeus e as especificidades regionais, a Região Centro iniciou um exercício coletivo de reflexão e discussão de prioridades, no início de 2020, que foi amplamente participado pelos agentes da região. A 4 de novembro de 2020, foi aprovada pelo Conselho Regional a “Visão Estratégica para a Região Centro 2030”, que assume oito prioridades estratégicas numa visão integrada para o horizonte 2030, vertida em cinco desígnios:









- 1) reforçar a sua competitividade nacional e internacional e consolidar um modelo de inovação territorialmente inclusivo;
- 2) promover a capacitação para a resiliência dos territórios;
- 3) liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável;
- 4) aproveitar estrategicamente o seu sistema urbano;
- 5) organizar a oferta de qualificações e competências.

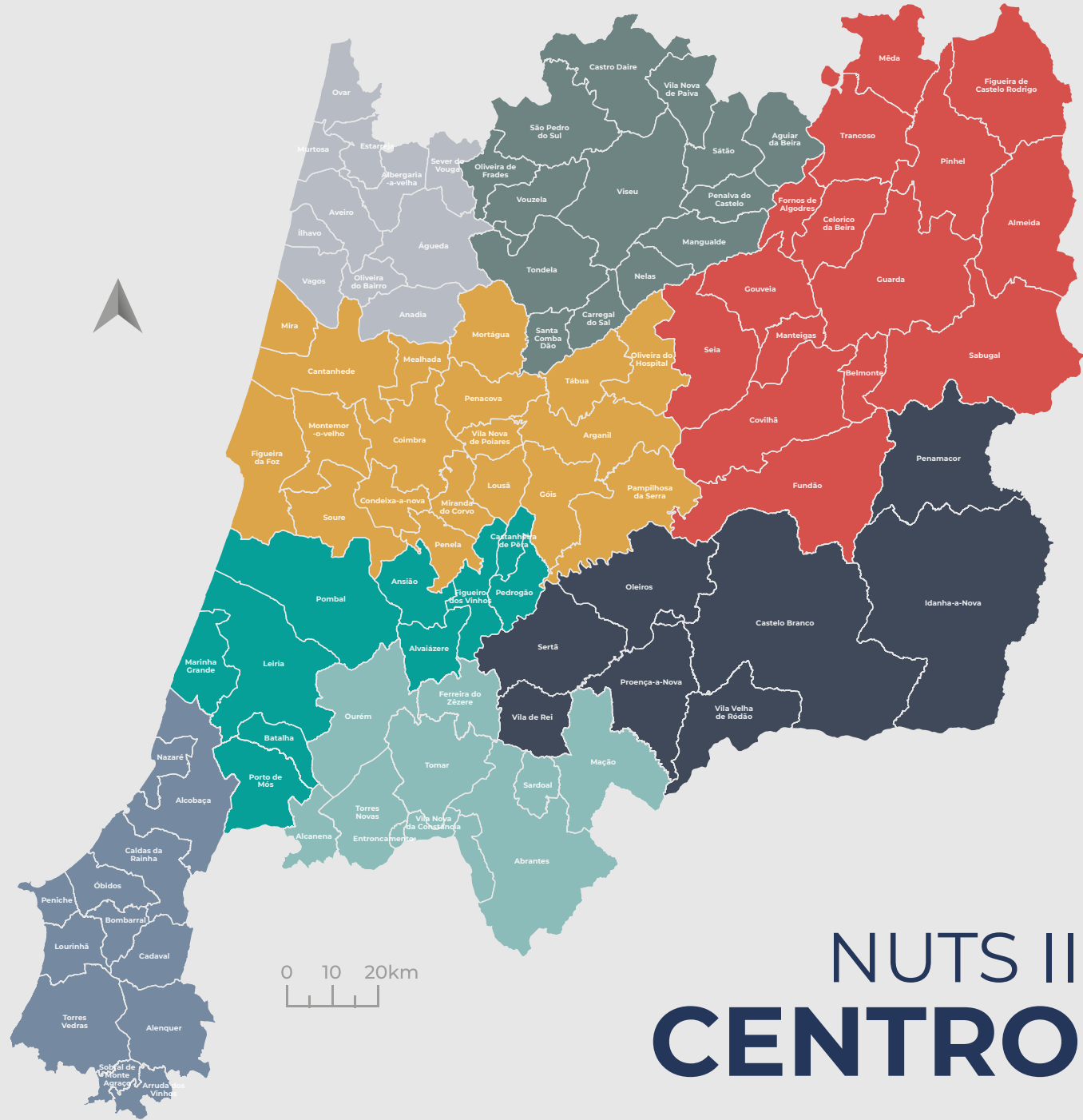
Em abril de 2021, também a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro (RIS3 do Centro) foi revista e aprovada em reunião do Conselho Coordenador da RIS3 do Centro.

Num contexto fortemente marcado pela incerteza e pelo questionamento sobre a hierarquização das prioridades, a Região Centro deve manter o foco e a direção das suas orientações políticas, nomeadamente os desígnios e as prioridades estratégicas que já tinha apresentado como as suas ambições para o futuro, não obstante eventuais reforços nalgumas dimensões que têm vindo a ganhar destaque com a crise sanitária e a invasão da Ucrânia, como a dimensão social (incluindo aqui a saúde), ou como a recuperação da economia.

O Programa Centro 2030 tem aplicação no território da NUTS II Centro que engloba 100 municípios organizados por oito NUTS III.

(Lei n.º24-A/2022, de 23 dezembro)

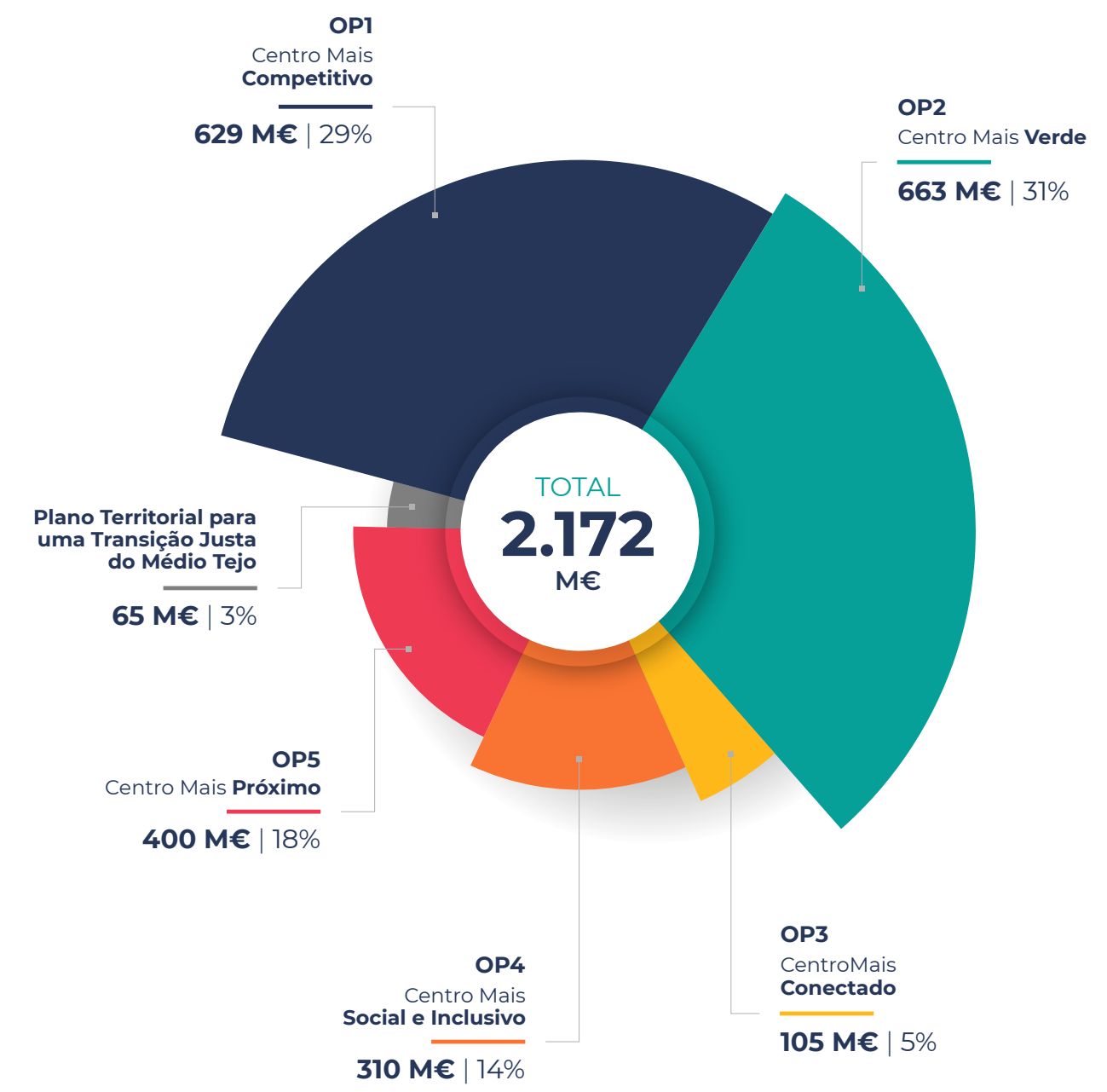
	CIM Região de Aveiro	MUNICÍPIOS (N.º) 11	POPULAÇÃO (N.º) 2021 367 403
	CIM Região de Coimbra	MUNICÍPIOS (N.º) 19	POPULAÇÃO (N.º) 2021 436 862
	CIM Região de Leiria	MUNICÍPIOS (N.º) 10	POPULAÇÃO (N.º) 2021 286 752
	CIM Viseu Dão Lafões	MUNICÍPIOS (N.º) 14	POPULAÇÃO (N.º) 2021 252 777
	CIM Beiras Serra da Estrela	MUNICÍPIOS (N.º) 15	POPULAÇÃO (N.º) 2021 210 602
	CIM Beira Baixa	MUNICÍPIOS (N.º) 8	POPULAÇÃO (N.º) 2021 98 799
	CIM Oeste	MUNICÍPIOS (N.º) 12	POPULAÇÃO (N.º) 2021 363 511
	CIM Médio Tejo	MUNICÍPIOS (N.º) 11	POPULAÇÃO (N.º) 2021 210 533
	TOTAL MUNICÍPIOS	100	TOTAL POPULAÇÃO 2 227 239



NUTS II CENTRO

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

DISTRIBUIÇÃO POR OBJECTIVOS DE POLÍTICA



—
OBJETIVOS
DE POLÍTICA
CENTRO
2030

—
CENTRO MAIS
COMPETITIVO

OP1

—
CENTRO MAIS
CONECTADO

OP3

—
CENTRO MAIS
PRÓXIMO

OP5

—
CENTRO MAIS
VERDE

OP2

—
CENTRO MAIS
**SOCIAL E
INCLUSIVO**

OP4

—
FUNDO PARA UMA
**TRANSIÇÃO
JUSTA**
DO MÉDIO TEJO



CENTRO
MAIS

COMPETITIVO

OPI CENTRO MAIS COMPETITIVO

investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente e no empreendedorismo.

629M€



DOTAÇÃO FINANCEIRA

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1.1	Apoio às atividades de I&D&I e transferência de tecnologia para as empresas	160M€
1.2	Digitalização dos serviços da Administração Pública local e regional e instalação de Espaços do cidadão nas freguesias	20M€
1.3	Sistemas de incentivos às empresas; sistemas de incentivos de base territorial e infraestruturas de acolhimento empresarial	371M€
1.4	Ações de capacitação/qualificação para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora nos diferentes domínios da RIS3 e dinamização de ecossistemas de inovação	28M€
1.5	Instalação de rede de banda larga em espaços de baixa densidade populacional ou do interior	50M€



RESULTADOS

Mudança estrutural da economia regional acelerando as dinâmicas de I&D&I.

Maior incidência territorial de focos de inovação e de transferência de conhecimento e tecnologia.

Maior competitividade externa das PME, através da incorporação de novos processos de produção e de produtos mais inovadores, sustentáveis e intensivos em conhecimento e tecnologia.

Maior diversificação da base exportadora da economia regional e nacional.

Consolidação do sistema regional de inovação e dos ecossistemas de inovação dos diferentes domínios prioritários de especialização inteligente.

Recursos endógenos e saber-fazer tradicionais valorizados.

Melhor conectividade digital, em particular nas zonas de baixa densidade populacional.

Administração Pública regional e local mais capacitada para responder eficazmente às necessidades dos cidadãos e das empresas.



OBJETIVO
DE POLÍTICA



Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas, o crescimento sustentável e a competitividade das empresas, desenvolver competências para a especialização inteligente e o empreendedorismo, reforçar a conectividade digital e aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos e as empresas.

Tipologias de projetos a apoiar

Criação de conhecimento científico e tecnológico

- . Projetos de I&D alinhados com os domínios prioritários da RIS3, envolvendo cooperação entre entidades de I&D e empresas.
- . Provas de conceito.
- . Participação em redes internacionais e programas de I&D&I financiados pela União Europeia.
- . Investimentos em infraestruturas e equipamentos científicos prioritários para a implementação da RIS3.

Investimento empresarial e valorização económica do conhecimento

- . Projetos de empresas, de forma individual ou em copromoção (consórcios e redes de empresas e de entidades do sistema científico e tecnológico), visando o reforço da produtividade, competitividade e inserção das empresas no mercado global através da realização de atividades de investigação industrial e desenvolvimento pré-concorrencial.
- . Criação e dinamização de núcleos de I&I nas empresas.
- . Participação de empresas em projetos de I&D à escala europeia através de programas de I&D da União Europeia.



. Projetos empresariais de empreendedorismo de base tecnológica, tendo em vista a criação de novas empresas e novos negócios, intensivos em conhecimento, tecnologia e criatividade.

. Projetos simplificados de investimento das empresas em I&D ou de empreendedorismo intensivo em conhecimento e tecnologia, relevantes para empresas com menor experiência e dinâmica de I&D.

. Ações de estímulo ao espírito empresarial e à criação de empresas que permitam identificar as melhores práticas na vertente do empreendedorismo.

Transferência de conhecimento e tecnologia

. Atividades de interação e de transferência de conhecimento direcionado para as empresas promovidas por entidades do sistema científico e tecnológico.

. Atividades de disseminação e difusão de novos conhecimentos e tecnologias gerados nos projetos de I&D (projetos demonstradores).

. Patenteamento e licenciamento de propriedade industrial.

. Apoio a projetos “semente”.

. Projetos de colaboração entre entidades do sistema científico e tecnológico e as empresas e iniciativas de clusterização, em domínios de especialização inteligente.

. Investimentos em infraestruturas e equipamentos para a criação, qualificação ou expansão de centros de tecnologia e inovação, parques de ciência e tecnologia e de infraestruturas de incubação e aceleração de empresas de base tecnológica prioritárias para a implementação da RIS3.

Investimento empresarial produtivo

. Criação e expansão da capacidade produtiva das empresas, de natureza inovadora, que se traduzem na:

- Produção de novos bens e serviços ou melhorias significativas da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento;

- Adoção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de marketing.

. Investimentos de natureza inovadora que se traduzam na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e com elevado valor acrescentado e nível de incorporação nacional, que correspondam a um investimento inicial, relacionados com a criação de um novo estabelecimento, com o aumento da capacidade de um estabelecimento já existente, com a diversificação da produção de um estabelecimento para produtos não produzidos anteriormente ou com a alteração fundamental do processo global de produção de um estabelecimento existente.

Projetos simplificados de investimento das empresas em inovação e em serviços especializados de apoio a ecossistemas empresariais e de inovação.

. Sistema de incentivos às empresas de base territorial.

. Projetos de investimento enquadrados em estratégias regionais e locais (e.g. PROVERE).

Qualificação e internacionalização das empresas (ações coletivas)

. Processos colaborativos de internacionalização e de partilha de conhecimento, no desenvolvimento e promoção internacional de marcas, na prospeção, conhecimento e acesso a novos mercados e em ações promocionais.

. Projetos de desenvolvimento das capacidades estratégicas e de gestão competitiva para inserção em redes e cadeias de produção e distribuição de bens e serviços à escala global.

. Ações de promoção da atratividade territorial, dos seus recursos e sistemas produtivos (e.g. promoção em mercados-chave, internos e externos, produção de

conteúdos e desenvolvimento de canais para promoção e captação de investimento).

. Assistência empresarial nos domínios da internacionalização e na valorização de recursos endógenos.

Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à competitividade

. Infraestruturas de suporte à competitividade, espaços de coworking, de incubação e acolhimento empresarial de nova geração que contribuem para a melhoria do ecossistema envolvente à atividade empresarial.

Redes e capacitação institucional RIS3

. Ações coletivas de demonstração do potencial de valorização económica dos resultados da I&D&I e do desenvolvimento de cadeias de valor.

. Ações coletivas para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora consolidação de ecossistemas colaborativos nos diferentes domínios de especialização inteligente.

. Capacitação para a especialização inteligente (ações de qualificação dos agentes para o desenvolvimento de processos de descoberta empreendedora).

Digitalização na Administração Pública local e CCDR

. Digitalização de serviços públicos da Administração Pública local orientados para os cidadãos e as empresas.

. Espaços ou soluções de mobilidade que permitam aos utentes aceder aos serviços públicos eletrónicos de forma mediada (e.g. instalação de espaços do cidadão, que promovam o atendimento digital assistido a serviços da Administração Pública).

. Projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios sociais emergentes (e.g. tecnologias inovadoras na Administração Pública local para desenvolvimento de mecanismos de participação pública eletrónica).

. Projetos de reengenharia, simplificação, certificação e desmaterialização de processos.

. Territórios inteligentes (e.g. “smart cities”, “smart villages”)

Instalação de redes de banda larga

. Infraestruturas digitais de banda larga (fixa e móvel) seguras, eficientes e sustentáveis prioritariamente em espaços de baixa densidade populacional ou do interior.



BENEFICIÁRIOS

Empresas / Entidades do Sistema Científico e Tecnológico / Associações Empresariais / Municípios / Comunidades Intermunicipais.



CENTRO
MAIS
VERDE

OP2 CENTRO MAIS VERDE

investindo na sustentabilidade, na economia circular, na transição energética e na mobilidade urbana sustentável.



DOTAÇÃO FINANCEIRA

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

663M€

2.1	Eficiência energética na Administração Pública regional e local	94M€
2.2	Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	15M€
2.4	Meios materiais para a proteção civil e gestão de recursos hídricos (valorização da rede hidrográfica, infraestruturas de águas pluviais, sistemas de informação)	109M€
2.5	Ciclo urbano da água (sistemas em alta e em baixa)	166M€
2.6	Apoios à economia circular (empresas) e à gestão de resíduos (subinvestimentos em alta e em baixa)	141M€
2.7	Corredores verdes em contexto urbano e passivos ambientais	89M€
2.8	Mobilidade urbana sustentável, incluindo sistemas inteligentes de apoio à mobilidade intermunicipal e multimodal, circuitos urbanos pedestres e planos de descarbonização	50M€



RESULTADOS

Redução das emissões líquidas de carbono.

Descarbonização da Administração Pública local e regional com particular enfoque nos edifícios públicos e habitação social.

Eficiência energética e maior utilização de energias com fonte renovável.

Participação ativa de empresas, instituições e cidadãos na transição energética.

Maior resiliência e redução das vulnerabilidades do território às alterações climáticas.

Uso sustentável da água.

Melhor desempenho da região Centro na gestão dos resíduos, contribuindo para que Portugal atinja as metas estabelecidas em termos de reciclagem de resíduos urbanos e de redução da quantidade de resíduos urbanos depositados em aterro.

Maior proteção da natureza e da biodiversidade.

Melhor mobilidade e soluções inovadoras e inteligentes que promovam a utilização multimodal e a descarbonização das cidades.

Menor dependência do transporte individual nas deslocações pendulares.

Promover a eficiência energética na Administração Pública Regional e local, as energias renováveis, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência dos territórios no contexto das alterações climáticas. Promover a gestão sustentável da água, a eficiência na utilização dos recursos e a transição para uma economia circular. Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade e promover a mobilidade urbana sustentável.

Tipologias de projetos a apoiar

Eficiência energética na Administração Pública regional e local e na habitação.

- . Melhoria das componentes passivas da envolvente de edifícios e componentes ativas dos edifícios.
- . Sistemas de gestão inteligente da energia.
- . Intervenções que visem a eficiência hídrica e material dos edifícios.
- . Intervenções que promovam a incorporação de biomateriais, de materiais reciclados, de soluções de base natural e as fachadas e coberturas verdes.
- . Soluções de arquitetura bioclimática em edifícios.
- . Instalação de painéis fotovoltaicos e outros equipamentos de produção de energia renovável.

- . Ações de sensibilização e informação associadas à eficiência energética e transição climática.

Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável

- . Estudos, auditorias e planos de negócio de projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades de energia renovável.
- . Sistemas de armazenamento de energia.
- . Plataformas de gestão inteligente para otimizar fluxos energéticos.
- . Investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia para otimização das soluções técnicas necessárias aos projetos de autoconsumo coletivo e de comunidades da energia renovável.

Meios materiais para a proteção civil

- . Investimento em infraestruturas, meios e sistemas de prevenção, de apoio à decisão e de combate a incêndios rurais.
- . Apoio à elaboração de planos locais, sub-regionais ou regionais de prevenção e gestão de riscos.
- . Sistemas de informação, vigilância e monitorização e cartografia de zonas de risco.
- . Ações de informação e sensibilização.

Adaptação às alterações climáticas

- . Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor, a minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações, os espaços verdes multifuncionais e biodiversos.
- . Ações previstas em planos ou estratégias locais ou regionais de adaptação às alterações climáticas.

- . Plataformas e sistemas de informação para monitorização dos efeitos das alterações climáticas.
- . Estudos sobre os impactos das alterações climáticas.

Gestão de recursos hídricos

- . Reabilitação e valorização da rede hidrográfica, através da aplicação de soluções técnicas de engenharia natural.
- . Desassoreamento, desobstrução e remoção de material dos cursos de água e de albufeiras e criação de espaços de inundação natural.
- . Construção e renaturalização de infraestruturas de águas pluviais.
- . Contenção de espécies invasoras nos recursos hídricos.
- . Monitorização e sistemas de informação de apoio à decisão e de gestão de eventos de cheias e inundações.
- . Estudos sobre as disponibilidades de água em contexto de alterações climáticas e segurança e análise do comportamento de barragens.



Ciclo urbano da água em alta (sistemas multimunicipais)

. Construção e reabilitação de infraestruturas nos sistemas de tratamento para cumprimento de normativos ambientais (Abastecimento de Água para Consumo Humano ou AA e Saneamento de Águas Residuais ou SAR).

. Construção e reabilitação de infraestruturas para assegurar resiliência no abastecimento e saneamento (AA e SAR).

. Construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e AR) e entre sistemas em alta (AA).

. Reabilitação e construção de infraestruturas para substituição de origens da água e resolução de problemas de qualidade da água com impacto na saúde pública (AA).

. Construção e reabilitação de ligações dos sistemas em alta aos sistemas em baixa (AA e SAR).

Ciclo urbano da água em baixa (sistemas municipais)

. Operações previstas em planos municipais para abastecimento e saneamento (AA e SAR).

. Construção e reabilitação de infraestruturas nos sistemas de tratamento para cumprimento dos normativos ambientais (AA e SAR).

. Construção e reabilitação de infraestruturas para assegurar resiliência no abastecimento e saneamento (AA e SAR).

. Construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e AR) e entre sistemas em alta (AA), de modo a assegurar a resiliência dos sistemas perante crescentes situações de escassez de água.

. Intervenções para a redução de perdas, suportadas por informação cadastral e operacional que justifique as intervenções (AA).

. Reabilitação e construção de infraestruturas para substituição de origens da água e resolução de problemas de qualidade da água com impacto na saúde pública (AA).

. Construção e reabilitação de ligações dos sistemas em baixa aos sistemas em alta (AA e SAR).

Ciclo urbano da água: reutilização, resiliência, modernização e descarbonização

. Tratamento em Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) para produção de Água para Reutilização (ApR) para usos não potáveis (SAR).

. Modernização de equipamentos e tecnologias e criação de mecanismos de automação de modo a aumentar a eficiência operacional (AA e SAR).

. Investimentos com vista à valorização de subprodutos resultantes dos processos produtivos das infraestruturas de água (ex. valorização de lamas) (AA e SAR).

. Investimentos na produção própria de energia e no aumento da eficiência energética (AA e SAR).

. Redução das aflúncias indevidas nos sistemas de águas residuais e pluviais, nomeadamente redução de infiltrações e de ligações clandestinas de águas pluviais

às redes de águas residuais.

. Utilização de origens alternativas de água, incluindo a produção e a disponibilização de águas residuais tratadas, o aproveitamento das águas da chuva (para fins que não o consumo humano).

. Sensibilização dos cidadãos e consumidores para a eficiência hídrica e a necessidade de redução de consumos num contexto de escassez e alterações climáticas.

Gestão de resíduos: subinvestimentos em alta

. Reversão dos equipamentos de tratamento.

. Construção e ampliação de infraestruturas de valorização de resíduos orgânicos.

. Reversão das estações de triagem.

. Equipamentos para a preparação e expedição do composto para colocação no mercado.

. Sistemas de suporte à gestão.

. Mineração de aterros sanitários e encerramento e valorização ambiental de aterros sanitários.

Gestão de resíduos: subinvestimentos em baixa

. Equipamentos para a criação de redes de recolha seletiva de biorresíduos.

. Equipamentos de separação e reciclagem na origem dos biorresíduos.

. Equipamentos para recolha diferenciada de proximidade e porta-a-porta.

. Implementação de sistemas tarifários diferenciados baseados no princípio do poluidor-pagador, de recuperação de custos e da hierarquia de resíduos.

. Sistemas de otimização das operações de recolha.

. Digitalização dos serviços de resíduos.

. Reforço e requalificação da rede de ecocentros (e.g. transformação em centros de reparação, de reutilização, de preparação para reutilização, entre outros).

. Compostagem caseira ou comunitária associada a redes de hortas urbanas ou periurbanas

Economia circular

. Projetos de empresas de forma individual ou em copromoção (consórcios e redes de empresas e de entidades do sistema científico e tecnológico), visando a promoção da economia circular em particular de processos produtivos regenerativos, através de ações como:

. Reversão de resíduos em novos materiais, produtos de maior valor acrescentado (“upcycling”) ou mesmo de produtos de menor qualidade e funcionalidade reduzida (“downcycling”).

. Desenvolvimento de novos processos e de novos produtos suportados nos princípios do ecodesign.



. Embalagens sustentáveis, produção de embalagens reutilizáveis e de embalagens com materiais reciclados ou com materiais com maior potencial de reciclagem.

. Conção de novos modelos de negócio assentes em lógicas de reutilização de materiais ou em economia de partilha.

. Projetos de comércio eletrónico inovadores no que respeita à otimização da logística e à redução e reutilização da embalagem.

Conservação da natureza, biodiversidade e património natural

. Recuperação e proteção de habitats naturais e de espécies ameaçadas.

. Recuperação e proteção de espécies e habitats previstos em Planos de Ação e Conservação, Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação e Livros Vermelhos.

. Recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos.

. Conservação e valorização de geossítios e monumentos naturais.

. Prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras.

. Criação de infraestruturas verdes para a promoção da conectividade ecológica em contexto urbano, infraestruturas verdes urbanas e corredores verdes para a promoção da biodiversidade nas cidades e medidas para mitigação de ondas de calor urbano.

. Ações de promoção, sensibilização e comunicação do valor do património natural português.

. Valorização de zonas estuarinas numa lógica de integração das frentes de água, refuncionalizando áreas de transição obsoletas (vazios urbanos) e componentes do sistema ecológico.

. Reforço da rede de parques, infraestruturas verdes e unidades de paisagem.

Passivos ambientais (áreas mineiras abandonadas e pedreiras em situação crítica)

. Estudos, projetos e obras de reabilitação, remediação, recuperação e descontaminação ambiental de áreas mineiras abandonadas e degradadas.

. Revitalização e regeneração de locais contaminados de antigas zonas mineiras.

. Monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas, antes, durante e após as obras nas áreas mineiras.

. Reposição de condições de funcionamento e de segurança nas áreas mineiras.

. Valorização de património industrial mineiro.

. Sinalização, vedação e intervenções de carácter estrutural em pedreiras.

. Recuperação e requalificação ambiental.

. Reabilitação e conservação da natureza e biodiversidade nas áreas intervencionadas.

Monitorização do ar e do ruído

. Ações na rede de monitorização da qualidade do ar e sua articulação com autoridades de saúde, policiais e municipais para quantificar riscos e concretizar as medidas de promoção da qualidade do ar dos instrumentos de política.

. Apoiar medidas para executar a legislação de ruído ambiente a várias escalas (regional e local).

. Ações de monitorização, acompanhamento e reporte dos riscos ambientais e pressões sobre o ambiente.

Mobilidade urbana sustentável

. Elaboração e execução de planos logísticos urbanos sustentáveis.

. Elaboração e execução de Planos de Descarbonização.

. Ações de logística urbana para a promoção da utilização de modos não poluentes de distribuição.

. Sistemas de informação para gestão da logística, de circulação e de estacionamento.

. Eliminação de pontos negros de segurança rodoviária e ferro-rodoviária e ações de suporte à mobilidade pedonal e à melhoria da acessibilidade, nomeadamente dos utilizadores mais vulneráveis (elevada sinistralidade em ambiente urbano).

. Criação de zonas sem trânsito e/ou zonas de zero emissões.

. Modernização e adaptação de vias de circulação dedicadas a modos mais sustentáveis.

. Reforço da intermodalidade e da conectividade entre modos de transporte e a articulação com a mobilidade suave e ativa (modos ciclável e pedonal).

. Promoção dos modos de transporte ativos e de espaços de circulação flexíveis com níveis de acessibilidade plena.

. Plataformas integradas de informação que promovam soluções “smart mobility”.

. Parques de estacionamento associados a interfaces.

. Ações conjuntas de planeamento e gestão dos transportes, da bilhética integrada, da intermodalidade e dos interfaces modais ou dos sistemas de transportes em zonas de baixa densidade.



BENEFICIÁRIOS

Municípios, CIM, serviços municipalizados de proteção civil, entidades gestoras de sistemas municipais e multimunicipais de abastecimento de água e de sistemas de gestão de resíduos, concessionários de serviço de transporte público, associações humanitárias de bombeiros, empresas. Entidades científicas e académicas que desenvolvem atividades no âmbito das alterações climáticas.



CENTRO
MAIS

CONECTADO

OP3 CENTRO MAIS CONECTADO

através de intervenções de modernização, requalificação e reforço de troços da rede ferroviária regional.



DOTAÇÃO
FINANCEIRA

INTERVENÇÕES APOIADAS

105M€

Modernização e eletrificação do troço Caldas da Rainha – Louriçal, da Linha do Oeste	66M€
Requalificação e eletrificação da Linha do Vouga	39M€



RESULTADOS

Alternativas mais sustentáveis de transporte entre centros urbanos com relevância regional, bem como em zonas de elevada densidade populacional.

Melhor acessibilidade regional e local, bem como melhor articulação com a restante rede ferroviária, traduzindo-se na redução de tempos de viagem, na fiabilidade e segurança do serviço e na eficiência da operação.

Modernização e eletrificação do troço Caldas da Rainha – Louriçal, da Linha do Oeste

Projeto integrado no Programa de Eletrificação e reforço da Rede Ferroviária Nacional (RFN) do PNI 2030, tem como principal objetivo reforçar a capacidade, eliminar estrangulamentos da rede e promover o reforço da sua densidade, alargando a extensão eletrificada e dotada de sistemas de controlo, comando e sinalização interoperáveis e permitindo o cruzamento de comboios até 750 m de comprimento.

Requalificação e eletrificação da Linha do Vouga

O projeto consiste na reabilitação e modernização de toda a extensão da linha do Vouga, entre Espinho e Aveiro, mantendo a bitola métrica. Esta solução permite o desenvolvimento e o retomar da operacionalidade em toda a extensão da Linha do Vouga, valorizando a sua integração na malha urbana da região, com o atravessamento de várias localidades relevantes. Integrado no PNI 2030, este investimento tem como principal objetivo aumentar a quota de mercado do caminho de ferro.



BENEFICIÁRIO: Infraestruturas de Portugal, IP

3

OBJETIVO
DE POLÍTICA





CENTRO
MAIS

**SOCIAL E
INCLUSIVO**

OP4 CENTRO MAIS SOCIAL E INCLUSIVO

apoando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde.



DOTAÇÃO FINANCEIRA

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

266M€

OE 4.2	Ensino Superior (infraestruturas e equipamentos)	15M€
OE 4.5	Hospitais (infraestruturas e equipamentos)	45M€
OE 4.6	Promoção turística regional (dos seus destinos e dos seus produtos) e valorização e internacionalização da Cultura (nas vertentes infraestrutural e imaterial)	10M€
OE 4.a	Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo (+CO3SO Emprego) FSE	58M€
OE 4.d	Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados (RHAQ) por empresas e por infraestruturas científicas e tecnológicas FSE	35M€
OE 4.f	Apoio a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores de curta duração FSE	39M€
OE 4.h	Desenvolvimento e implementação de projetos inovadores de carácter social FSE	34M€
OE 4.k	Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo e Apoio a Unidades Móveis ou Balcão da Inclusão, em territórios de baixa densidade para provisão de serviços coletivos de proximidade FSE	30M€
AT	Assistência Técnica	44M€



RESULTADOS

Melhores condições das infraestruturas de ensino superior para que estejam mais adaptadas à realidade de ensino atual, nomeadamente no que respeita a novas exigências formativas.

Aumento das competências nos domínios de especialização regional, nomeadamente nas áreas das ciências e tecnologias (C&T).

Melhor acesso e qualidade assistencial da rede pública da saúde.

Reforço da coesão territorial ao nível do acesso aos cuidados de saúde.

Maior capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos.

Redução da dependência sazonal do turismo e aumento da estada média dos turistas na região.

Maior valorização da cultura e da criatividade territorial.

Melhor acesso ao emprego sustentável e combate ao desemprego.

Territórios do interior e de baixa densidade mais dinâmicos em

termos de geração de emprego e de atratividade para novos residentes.

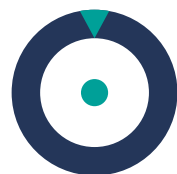
Maior inclusão social.

Redução das disparidades entre os alunos de diferentes escolas no acesso ao currículo e no desenvolvimento das suas aprendizagens com especial ênfase das crianças e grupos mais carenciados e em risco de abandono e insucesso escolar.

Mais igualdade no acesso a serviços de qualidade, sustentáveis e de proximidade.



OBJETIVO
DE POLÍTICA



Melhorar o acesso ao emprego sustentável e o combate ao desemprego. Reforçar as competências verdes e digitais dos trabalhadores e empresas. Promover serviços de educação de qualidade, com vista ao sucesso escolar. Maior igualdade de acesso ao ensino superior. Promover a igualdade de acesso a cuidados de saúde. Promover a inclusão social, seguindo as prioridades estabelecidas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Valorizar o papel da cultura, da criatividade territorial e do turismo sustentável.

Tipologias de projetos a apoiar

Ensino superior

. Criação, ampliação ou modernização de infraestruturas e equipamentos de ensino superior para assegurar a diversificação da oferta e reforço da formação contínua e da formação pós-graduada.

. Reforço e atualização de instalações, infraestruturas e equipamentos para que as instituições de ensino superior realizem as mudanças necessárias ao processo de digitalização ou transformação digital.

. Construção e qualificação de infraestruturas e aquisição de equipamentos destinados a cursos superiores de curta duração e a programas que permitam assegurar qualificações procuradas pelo mercado de trabalho e competências necessárias para a vida.

Saúde – Hospitais

. Aumentar a capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos.

. Melhorar a qualidade de diagnóstico e de tratamento das unidades hospitalares, através da modernização tecnológica de diagnóstico e de terapêutica altamente especializada.

. Reforçar as infraestruturas de saúde e melhorar da prestação dos serviços de saúde nos centros hospitalares, através da aquisição e instalação de equipamentos.

Produtos turísticos regionais

. Promoção turística regional, dos seus destinos e dos seus produtos, quer no

mercado nacional, quer no mercado internacional.

. Infraestruturas-chave de suporte à competitividade turística e à valorização de recursos turísticos (qualificação e valorização de recursos naturais e histórico-culturais, criação e qualificação de infraestruturas básicas de suporte à atividade turística, etc.)

. Eventos-âncora de elevado potencial turístico à escala regional e sub-regional.

. Oferta integrada de serviços nas áreas do ecoturismo e do turismo de natureza.

. Estratégias territoriais de turismo sustentável.

Cultura

. Mobilização de comunidades criativas, promoção de redes de residências artísticas e realização de concursos de ideias.

. Requalificação, proteção, valorização, conservação do património histórico e cultural.

. Modernização e dinamização de museus e de outros equipamentos culturais.

. Programação em rede a nível intermunicipal.

. Eventos associados ao património, à cultura e aos bens culturais.

. Estruturação e promoção das Rotas do Património, dos Caminhos de Santiago, Caminhos de Fátima e dos sítios classificados pela UNESCO.

. Criação artística com base em abordagens temáticas, dramatúrgicas e/ou cenográficas de recursos territoriais.

. Artes do espetáculo, música, literatura, audiovisual, multimédia e arte pública.

. Desenvolvimento de programas e iniciativas criativas que promovam a interação entre cultura e turismo e a interface entre artes, tecnologias, indústrias e ambiente.

. Apoios à produção cultural e artística.



Apoio ao emprego e empreendedorismo

. Apoio à criação do próprio emprego através da criação de empresas ou ao emprego em empresas existentes que criem novos postos de trabalho, especialmente em territórios de baixa densidade.

. Apoio à mobilidade para um interior sustentável através de apoio financeiro aos trabalhadores que celebrem contratos de trabalho por conta de outrem ou criem o seu próprio emprego ou empresa, cujo local de prestação de trabalho implique a sua mobilidade geográfica para o interior.

Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração local

. Qualificação da prestação de serviço público através de ações de formação focadas nos processos de mudança e de adaptação dos serviços públicos, dos serviços da administração local e regional aos desafios da transição verde e da transição digital.

Promoção do emprego qualificado

. Apoio à contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por micro empresas e PME e infraestruturas científicas e tecnológicas.

Formação superior

. Apoio a Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e a cursos superiores de curta duração, numa lógica

de resposta às necessidades do mercado de trabalho e privilegiando os domínios prioritários regionais de especialização inteligente.

. Apoio a TeSP e outros cursos superiores de curta duração associados, nomeadamente, a estratégias de eficiência coletiva ou à territorialização de estratégias regionais de especialização inteligente.



Inovação social

. Apoio ao empreendedorismo e inovação social.

. Parcerias para a inovação social.

. Apoio aos centros locais ou regionais para dinamização dos ecossistemas de inovação e empreendedorismo social.

. Apoio a soluções inovadoras em áreas prioritárias de política pública, (eg. promoção de longevidade atendendo à referência territorial; apoio à não institucionalização e vida autónoma na comunidade para pessoas com deficiência ou incapacidade, incluindo na transição para a vida entre a escolaridade e vida ativa, serviços de atendimento e provisão de produtos de apoio dirigido a este grupo específico).

Promoção da participação ativa, da igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis

. Apoio a pessoas em situação de sem abrigo;

. Apoio a ações e projetos de cultura para todos ou a iniciativas de promoção da inclusão social por via da cultura.

Aumentar a qualidade e diversificar a provisão de serviços

. Apoio a Unidades Móveis ou Balcão da Inclusão, especialmente em territórios de baixa densidade (territórios com menos serviços e com população com mais dificuldade em aceder a serviços de forma desmaterializada ou eletrónica), com vista à promoção do acesso ou provisão de serviços coletivos de proximidade para pessoas portadoras de deficiência, familiares e idosos.

Igualdade de acesso a serviços de educação

. Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo).



BENEFICIÁRIOS

Municípios, CIM, hospitais, universidades e institutos politécnicos, entidades públicas e privadas que atuam nas áreas do turismo, património e cultura, micro empresas e PME, entidades da economia social e desempregados que pretendem criar o seu próprio emprego.



CENTRO
MAIS

PRÓXIMO

OP5 CENTRO MAIS PRÓXIMO

através do apoio a estratégias de desenvolvimento territorial e ao desenvolvimento urbano sustentável.



DOTAÇÃO
FINANCEIRA

400M€

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

5.1	Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	360M€
5.2	Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança.	40M€



RESULTADOS

Adequada provisão dos Serviços de Interesse Geral e a sua disponibilidade e acessibilidade por parte das populações, enquanto fator de fixação e de atração de população.

Estruturação do sistema urbano policêntrico nacional.

Mais investimento estruturante inovador, com pessoas qualificadas, inserção nas cadeias de valor globais, valorização do potencial endógeno, para o qual relevam vários setores de atividade, em particular os serviços tecnológicos, o turismo, o comércio e restantes serviços, bem como as atividades culturais e sociais.

Articulação urbano-rural e maior competitividade e coesão nos territórios de baixa densidade.

Valorização do potencial endógeno.

Reforço da inserção territorial no mercado ibérico.

Maior competitividade dos territórios, das cidades e das redes urbanas.

Redução da pobreza urbana e da exclusão socio-espacial nas cidades.



A dimensão territorial na Política de Coesão da União Europeia tem acolhimento no Centro 2030 através de diferentes abordagens, em função das respetivas estratégias, territórios e atores, assegurando, simultaneamente, o princípio da subsidiariedade e de uma Europa mais próxima dos cidadãos.

OBJETIVO
DE POLÍTICA



▶ **ITI CIM** (a contratualizar com as CIM)

▶ **ITI Redes Urbanas** (nível supra NUTS III e/ou NUTS II)

▶ **Intervenção Integrada de Base Territorial da Região do Oeste e Vale do Tejo**

▶ **Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior**

▶ **PROVERE**

▶ **Parcerias para a Coesão Não Urbanas**

▶ **ITI CIM**

Provisão de Serviços de Interesse Geral (SIG)

Escolas, centros de saúde, equipamentos sociais para apoios à infância e ao envelhecimento, mobilidade a pedido/transporte flexível e requalificação e modernização de equipamentos desportivos.

Incidência territorial: todo o território da NUTS III numa lógica de articulação funcional urbano/rural.

Reforço do Sistema Urbano

Cidades digitais, reabilitação e regeneração urbanas e ações e equipamentos de apoio à competitividade (ecossistemas de inovação).

Incidência territorial: Centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes do PROT (antigos PEDU).

Dinamização de ativos territoriais

Refuncionalização de equipamentos coletivos, qualificação de espaço público visando a sua acessibilidade, segurança e inclusão.

Incidência territorial: Centros complementares do PROT (antigos PARU).

Valorização cultural e do património (histórico e natural), património cultural e museus, produtos turísticos sub-regionais e locais e relações de cooperação transfronteiriça.

Incidência territorial: Todo o território da NUTS III numa ótica de promoção da competitividade de toda a sub-região.



► ITI REDES URBANAS

Intervenção sustentadas em lógicas articuladas entre Centros Urbanos (Regionais e outros) ao nível supra NUTS III e/ou NUTS II, através da criação de redes temáticas estratégicas.

Temáticas a mobilizar:

- Competitividade
- Alterações climáticas e descarbonização
- Estratégias de digitalização para assegurar respostas inovadoras

Incidência territorial: Centros Urbanos (regionais e outros) que podem incluir na parceria outras entidades, desde que envolvam territórios de pelo menos duas NUTS III e/ou NUTS II.

BENEFICIÁRIOS: Instituições públicas e privadas que tenham intervenção ao nível da competitividade, da descarbonização e da digitalização nas áreas urbanas.



► ITI TEMÁTICAS/FUNCIONAIS

Pretende-se desenvolver uma intervenção focada num tema/território definido, tendo por base uma estratégia coletiva comum.

Serão mobilizadas as seguintes abordagens:

- **Intervenção Integrada de Base Territorial da região do Oeste e Vale do Tejo;**
- **Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior.**

BENEFICIÁRIOS: Entidades da Administração Pública central e local, empresas e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e entidades públicas e privadas da área da proteção do ambiente, da natureza e da floresta e entidades da economia social e do desenvolvimento local.



► PROVERE | VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

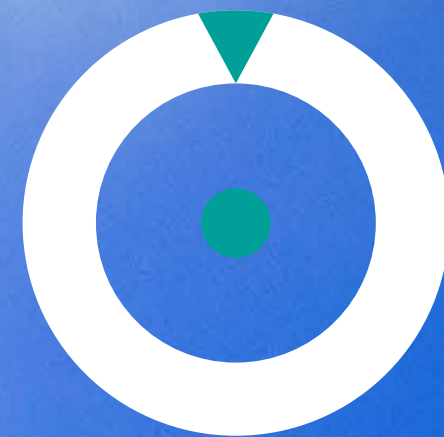
Mantendo o foco no instrumento PROVERE, assenta numa lógica funcional com expressão territorial específica de cada um dos recursos endógenos em causa, sempre com uma matriz fortemente rural e de baixa densidade.

BENEFICIÁRIOS: Entidades da Administração Pública local, entidades do Sistema Científico e Tecnológico, entidades públicas e privadas da área da valorização e preservação do ambiente e do património natural e cultural, entidades que atuam na promoção e na dinamização turística, entidades da economia social e do desenvolvimento local.

► PARCERIAS PARA A COESÃO NÃO URBANAS

Instrumento focado em estratégias específicas de desenvolvimento local que apoia a valorização de recursos locais, através da dinamização dos territórios e da promoção do empreendedorismo rural

BENEFICIÁRIOS: Entidades da Administração Pública local, entidades do Sistema Científico e Tecnológico, associações de desenvolvimento local e entidades relevantes para as economias locais.



PLANO TERRITORIAL
PARA UMA
TRANSIÇÃO
JUSTA DO MÉDIO
TEJO

65M€

PLANO TERRITORIAL
PARA **UMA**
TRANSIÇÃO
JUSTA DO
MÉDIO TEJO

O Plano Territorial para uma Transição

Justa do Médio Tejo apresenta um conjunto de medidas reativas que procuram mitigar os **efeitos do encerramento da central termoelétrica a carvão do Pego**, apoiando a dinamização e diversificação económica e os trabalhadores afetados pelo encerramento.

Tipologias de apoio:

- Requalificação e formação dos trabalhadores e apoios à procura/criação do próprio emprego.
- Apoio ao investimento produtivo das empresas.
- Apoio a projetos de empreendedorismo de base local.
- Apoio à investigação industrial e desenvolvimento experimental de produtos, processos ou sistemas.

BENEFICIÁRIOS: Trabalhadores afetados pelo fecho da central do Pego, Empresas (PME e não PME) e Entidades de I&I .





CENTRO 2030

Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra, Portugal
T. 239 400 100

www.centro2030.pt

WWW.CENTRO2030.PT

A informação contida nesta brochura não dispensa a consulta do texto do Programa, aprovado pela Comissão Europeia.



CENTRO  2030

 PORTUGAL
2030



Financiado pela
União Europeia